

PREFEITURA DE SÃO FELIPE D'OESTE / RO
Chave de correção preliminar da Prova Discursiva

Cargo: S06 - PROCURADOR JURÍDICO

Tema a ser desenvolvido pelos candidatos

Mariana, servidora pública, atuando na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal da Cidade “X”, foi acusada de desviar recursos do fundo de merenda escolar. Após uma investigação interna conduzida pela Corregedoria do Município, constatou-se que Mariana havia, de fato, feito transferências irregulares para contas de empresas de fachada, que supostamente forneciam alimentos para as escolas municipais. Uma ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público Estadual contra Mariana, resultando em sua condenação ao resarcimento integral do dano, estimado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), além da perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por 8 (oito) anos. A sentença transitou em julgado, e o valor devido foi integralmente resarcido por Mariana. Posteriormente, descobriu-se que João, colega de trabalho de Mariana e servidor público na mesma secretaria, tinha conhecimento das ações ilegais de Mariana e, por omissão, não reportou às autoridades competentes, violando assim seus deveres funcionais. João foi crucial para que Mariana conseguisse executar o esquema de desvio de recursos sem ser inicialmente detectada.

O Município da Cidade “X” pede a V.Sa. que elabore a ação cabível visando responsabilizar João pela sua participação por omissão no esquema de desvio de recursos da merenda escolar.

A Peça Processual deverá ser redigida em, no máximo, 60 linhas.

GABARITO COMENTADO

O candidato deve iniciar destacando que a responsabilidade de João deriva do seu conhecimento das ações ilegais de Mariana e da sua falha em agir conforme o dever funcional de reportar irregularidades, conforme estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos. A omissão de João, que contribuiu para a perpetuação do esquema de desvio, enquadra-se como violação do dever de lealdade e probidade que todo servidor público deve manter. A ação cabível, neste caso, é uma ação de improbidade administrativa, fundamentada na Lei 8.429/92, que prevê sanções em casos de enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação de princípios administrativos. João pode ser acusado de violar os princípios da legalidade e moralidade à instituição, ao negligenciar o seu dever de denunciar as irregularidades que conhecia. O candidato deve argumentar que, embora João não tenha participado diretamente dos atos de desvio de recursos, sua omissão facilitou a ação de Mariana. Deve-se mencionar precedentes judiciais ou doutrinários que suportem a responsabilização de servidores públicos por omissão que resulta em prejuízo ao erário. É crucial destacar que ocorre improbidade administrativa por omissão quando um servidor público, de forma deliberada, não executa suas obrigações legais. Esse comportamento resulta em prejuízos para a administração pública e, consequentemente, afeta negativamente a sociedade como um todo. Deve-se propor que o Município da Cidade X, representado pelo procurador municipal, queira na ação judicial o resarcimento integral do dano causado ao erário, a perda da função pública de João, a suspensão de seus direitos políticos por um período determinado e o pagamento de multa civil. Além disso, é importante solicitar medidas cautelares para o afastamento temporário de João até a conclusão do processo, a fim de evitar que ele interfira nas investigações ou continue a cometer atos de improbidade.

PREFEITURA DE SÃO FELIPE D'OESTE / RO
 Chave de correção preliminar da Prova Discursiva

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

A questão valerá até 20 (vinte) pontos, de acordo com a especificação apresentada abaixo.

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	Endereçamento da petição inicial – Juízo competente.	1
2	Identificação da peça cabível – Ação de Improbidade Administrativa por omissão / Ação Civil Pública, com base na Lei nº 8.429/92.	1
3	Identificação e qualificação do autor – Município de Sol Nascente , Município de X .	1
4	Identificação e qualificação do réu – João.	1
5	Descrição dos fatos – Detalhamento do esquema de desvio de recursos, o papel de Mariana, a omissão de João e as consequências de suas ações.	4
6	Fundamentação jurídica – Lei de Improbidade Administrativa, destacando a importância da conduta íntegra dos servidores públicos e o papel do servidor na prevenção e combate à corrupção, bem como as penalidades aplicáveis em casos de omissão que resultam em prejuízo ao erário e violação dos princípios administrativos.	6
7	Pedido de procedência / condenação do réu – Para que João seja condenado às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, incluindo a perda da função pública, ressarcimento ao erário , multa civil e suspensão dos direitos políticos.	3
8	Indicação de provas a produzir, por meio de expressões variadas como “juntada ulterior de documentos” ou “provas permitidas pelo Direito”, entre outras.	1
9	Valor da causa.	1
10	Local, data e assinatura.	1
TOTAL		20